

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação dos mais ricos volta à pauta com eleição 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa em recuperação usa prejuízo fiscal para abater dívida com PGFN 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Cuidado com os golpes 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Desrespeito aos idosos (Editorial) 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem regra de reajuste do PT e de Temer, salário mínimo seria hoje de R\$ 700 9

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo e aposentadoria vão perder valor? O que se sabe até agora 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Depois da deflação, o que especialistas esperam para investimentos na Bolsa 12

A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Desafio de um pistoleiro (Editorial) 15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Filha será investigada por ceder redes sociais para crimes do pai 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Unificação de 5 tributos eleva ganhos e produtividade, diz estudo 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação brasileira deve ficar abaixo da americana até meados do ano que vem 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Impacto de promessas ultrapassa R\$ 140 bi 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Maioria prevê início de cortes na taxa Selic a partir de junho 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ditadura tentou desindexar salário, como quer Guedes, mas fracassou 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Crença e voto (Editorial) 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Pais investem mais em previdência para os filhos27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

E Bolsonaro venceu (Editorial)31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Analistas esperam Selic mantida em 13,75%33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Guedes quebra liturgia nas reuniões do FMI - ALEX RIBEIRO34

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Presidente nega que irá desindexar salário de inflação35

Taxação dos mais ricos volta à pauta com eleição



Uma **reforma tributária** que eleve a taxaço sobre os mais ricos ganhou mais chances de ser implementada a partir do ano que vem em meio a promessas feitas pelos presidenciáveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) e ao respaldo popular a uma medida do gênero. Os planos de taxaço são feitos em um momento em que especialistas já veem necessidade de o país buscar mais receitas a partir de 2023 para compensar, ao menos em parte, a expansão de despesas decorrente de promessas eleitorais.

A campanha do PT é mais explícita em relação ao tema, chegando a dizer no plano de governo entregue à Justiça Eleitoral que buscará uma **reforma tributária** para "os pobres pagarem menos e os ricos, mais". Membros da campanha sinalizam também aumentar a taxaço sobre renda e diminuir sobre consumo - que onera mais, proporcionalmente, as classes mais baixas.

Também pretendem recriar a cobrança sobre dividendos (lucro da empresa distribuído a acionistas), instrumento com isenção que há mais de 25 anos beneficia a renda tanto de donos ou sócios de empresas como de quem investe no mercado financeiro.

No caso de Lula, integrantes da campanha afirmam à reportagem que a **reforma tributária** com a taxaço de dividendos está entre os primeiros pontos a serem tratados em caso de vitória nas eleições - além da arrumação das despesas no Orçamento de 2023 e da definição sobre a regra substituta do teto de gastos.

Dividendos Já o programa de Bolsonaro não fala claramente em elevar a tributação dos mais ricos, embora defenda a proposta enviada pelo próprio governo ao Congresso em 2021 que busca alterar

regras do Imposto de Renda e recriar a taxaço de dividendos. O presidente e o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegaram a citar a cobrança como forma de respaldar o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil em 2023.

A procura por mais arrecadação por meio de elevação da carga tributária teria como barreira a resistência da população, mas pesquisas indicam que haveria mais aceitação se a maior cobrança se restringir de fato às classes mais altas.

Levantamento inédito encomendado pela Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) mostra que a maioria (67%) dos 2.000 entrevistados defende que o governo deve se preocupar em reduzir a diferença entre ricos e pobres, sendo que a maior parcela (41%) é a favor ou totalmente a favor de **impostos** muito mais altos sobre a renda e a herança dos mais ricos.

Além disso, 57% acham que os recebedores de altos salários deveriam pagar uma proporção maior ou muito maior de **impostos**.

"Quando as pessoas falam em aumentar **impostos**, há a visão de que todos vão pagar mais - aí há uma recusa. Porém, quando se fala em taxaço de riquezas, se tiver uma proposta onde a gente gere mais progressividade tributária e melhor distribuição da carga tributária, aí as pessoas aceitam mais", afirma Rodrigo Spada, presidente da Febrafite.

Outros levantamentos corroboram as conclusões, como pesquisa do Datafolha em parceria com a organização Oxfam divulgada no mês passado que conclui que 85% defendem elevar a taxaço sobre classes mais altas para garantir aos mais pobres serviços públicos básicos, como educação.

Apesar de os dois candidatos prometerem taxar dividendos diante da expansão fiscal no ano que vem, o ganho com a medida não banca todas as promessas dos candidatos.

A cobrança de dividendos no formato apresentado originalmente pelo governo Bolsonaro renderia R\$ 58,1 bilhões em 2024 (conforme dados apresentados pela **Receita Federal** na época do envio da proposta, que acabou desidratada). O montante é semelhante

ao demandado para elevar o Auxílio Brasil para R\$ 600 no ano que vem - R\$ 52,5 bilhões por ano, segundo o Ministério da Economia (Fábio Pupo, da Folhapress).

Isenção de IR para salários de até R\$ 5 mil

Além do auxílio de R\$ 600, outras promessas feitas pelas campanhas de Lula e Bolsonaro agravam o rombo previsto para 2023 - uma delas dentro do próprio sistema tributário, com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 5.000. Só isso já demandaria mais R\$ 20 bilhões, pelo menos - segundo cálculos iniciais de especialistas.

Há ainda outras pressões sobre o Orçamento, como a prometida recomposição de verbas de programas sociais como o Farmácia Popular.

Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e economista-sênior da LCA, afirma que a busca por novas receitas será necessária para reduzir a dívida líquida do país (que corresponde a 58% do **PIB** hoje).

"Não tem mais como fazer ajuste fiscal só pelo lado da despesa. A gente vai ter que adotar uma nova estratégia de consolidação fiscal e, para atingir esse superávit, vai ter que necessariamente envolver algum aumento de carga tributária", diz Borges. "Uma saída é aumentar a tributação no topo", afirma.

Além da taxação de dividendos, Borges cita entre as possibilidades para elevar a arrecadação sobre os mais ricos a tributação sobre patrimônio - e cita especificamente o federal Imposto Territorial Rural (ITR). Por outro lado, um imposto geralmente citado nas discussões - sobre grandes fortunas - não geraria o efeito desejado, segundo Borges, pois muito da riqueza alvo da medida está escondida em paraísos fiscais, driblando a Receita.

Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, afirma que já está contratado para o ano que vem um cenário desafiador para as contas públicas - inclusive devido ao patamar dos juros, que encarece o custo com a dívida pública.

"A gente vai entrar e sair do ano com uma taxa de juros na casa de dois dígitos e com dois desafios, um primário [conta sem juros] e um financeiro [com juros]. Para que não haja uma explosão da dívida, naturalmente a gente precisa considerar que tem que se ganhar carga", diz.

Propostas dos candidatos LULA Lula prometeu elevar isenção do Imposto de Renda para quem ganha até

R\$ 5.000 Propõe reforma que simplifique **tributos** e que faça os pobres pagarem menos e os ricos, mais Promete combate à sonegação e simplificação de **impostos** Membros da campanha sinalizam também aumentar a taxaço sobre a renda e diminuir sobre o consumo - que onera mais, proporcionalmente, as classes mais baixas Também pretendem recriar a cobrança sobre dividendos (lucro da empresa distribuído a acionistas), instrumento com isenção que há mais de 25 anos beneficia a renda tanto de donos ou sócios de empresas como de quem investe no mercado financeiro BOLSONARO Isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos; redução e simplificação de **impostos** Plano de campanha inclui busca pela aprovação do projeto enviado em 2021 que recria a cobrança sobre dividendos e baixar **impostos** de empresas

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-77bd061c0e645ca42b087a6d0d06c019.pdf

Empresa em recuperação usa prejuízo fiscal para abater dívida com PGFN

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364

Cuidado com os golpes

Raphael Pati

O avanço da tecnologia e o uso mais intenso da internet por meio de aparelhos celulares proporcionou muitas comodidades aos usuários. Ao mesmo tempo, aumentou o perigo de que informações pessoais sejam usadas por hackers ou pessoas mal-intencionadas para a prática de crimes. O vazamento de dados é algo que ocorre há muito tempo, mas, atualmente, ganhou proporções significativas. Portanto, todo cuidado é pouco para não se tornar mais uma vítima de crimes cibernéticos.

Em um levantamento publicado no site da empresa holandesa de segurança virtual Surfshark, o Brasil aparece como o sexto país em número de dados vazados no ano passado - 24,2 milhões. Mesmo assim, o número pode ser muito maior, visto que foi em janeiro de 2021 que houve no país o maior megavazamento de dados pessoais, quando 232 milhões de informações foram violadas.

O número divulgado na época assustou muitos brasileiros, visto que era maior do que a própria população do país, estimada em 212 milhões pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as informações violadas, constavam números de CPF, telefone, e-mail, domicílios e salários, entre outros.

Nas informações vazadas também havia dados pessoais relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O repórter cinematográfico Lúcio Alves, de 53 anos, foi um dos que tiveram dados do **INSS** vazados, embora não possa afirmar se essas informações foram violadas em decorrência daquele episódio. O que ele sabe é que um criminoso utilizou os dados para contratar um empréstimo consignado de R\$ 52 mil em uma conta com seu nome.

"Descobri que uma pessoa de Alagoas tinha feito esse registro com alguns dados meus. O CPF estava certo, o nome também, mas o endereço era de Maceió e não era o meu telefone. Aí, peguei todos os documentos, fiz um boletim de ocorrência e meu advogado deu entrada no processo", relata Alves.

Ele ainda conta que recebia muitas ligações de telemarketing de bancos com os quais não tinha nenhum vínculo. "É um assédio violento. Você imagina quantos aposentados não caíram, sem saber, em um golpe desses - a pessoa que não tem acesso à tecnologia, o idoso de 70 a 80 anos que mexe no

aplicativo", afirma.

ARMADILHAS A chance de cair em um golpe é alta, principalmente, em grupos com menos instrução tecnológica. Segundo levantamento do Instituto Datafolha, um em cada três brasileiros foi vítima ou conhece alguém que caiu em armadilhas de criminosos na internet. Para evitar transtornos, o delegado de Repressão Contra Crimes Cibernéticos da Polícia Civil-DF, Dário Freitas, diz que o usuário deve sempre ter cuidado antes de clicar em links desconhecidos e evitar se expor pela internet. "Outra precaução é tentar saber quais são as principais fraudes que estão ocorrendo no momento. Isso ajuda, e muito, a não ser vítima de algum crime que esteja sendo cometido pela internet", afirma.

FIQUE ESPERTO!

Veja as dicas do delegado Dário Freitas, da Polícia Civil do DF, para ajudar as pessoas a não serem vítimas de crimes virtuais.

Utilize a confirmação em duas etapas - As redes sociais disponibilizam essas opções de segurança, que vão além da própria senha. Elas são chamadas de confirmação em duas etapas ou autenticação em dois fatores. No caso de a pessoa perder a senha, haverá a solicitação

dessa verificação.

Converse com a pessoa que está vendendo - A dica vale para quem usa sites de compras. Conversar ajuda a perceber se você está em contato com pessoa de confiança e não com um golpista que, em regra, não quer perder muito tempo respondendo a perguntas de teor particular.

Não empreste dinheiro atendendo pedidos pela internet - Caso receba mensagem em que um familiar ou amigo pede ajuda financeira urgente, entre em contato com essa pessoa para saber se foi ela, de fato, quem fez o pedido. Nunca transfira dinheiro antes de fazer essa verificação simples.

Nunca passe a senha bancária para outras pessoas, ainda que sejam familiares, amigos ou pessoas próximas.

Tenha cuidado antes de clicar em links desconhecidos - É preciso ter muita cautela com esses links que são recebidos, sobretudo, por meio das redes sociais ou

por aplicativos de mensagem.

Evite se expor na internet - É preciso atenção para evitar que pessoas mal-intencionadas tenham a chance de utilizar suas informações pessoais, como nome e CPF para a aplicação de golpes.

Tente saber quais são os golpes que estão ocorrendo no momento - Isso ajuda, e muito, que você não seja vítima de algum crime que esteja sendo cometido pela internet.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/24/10/2022/p1>

Desrespeito aos idosos (Editorial)



Aposentados e pensionistas no País inteiro, como noticiou recentemente o Estadão, continuam sendo vítimas de assédio por parte de instituições financeiras com a oferta de empréstimos consignados "já aprovados". Só quem passou pela experiência sabe o grau de aborrecimento que dezenas de telefonemas e mensagens, às vezes em um único dia, são capazes de provocar. Sem falar em golpes de todo o tipo praticados por criminosos que tentam tirar proveito da boa-fé dos idosos.

Ora, a lei do mercado não é a lei da selva. Logo, já passou da hora de o governo federal, os bancos, as Polícias, a Justiça e os órgãos de defesa do consumidor darem um basta nessa realidade que tira o sossego de tanta gente. Iniciativas isoladas ajudam, mas não resolvem. Dada a dimensão do problema e o número de atores envolvidos, claro está que somente uma resposta coordenada terá êxito, o que, sem dúvida, exigirá maior protagonismo do governo federal.

O ponto de partida é garantir o sigilo dos dados dos segurados da **Previdência Social**. Como registrou o Estadão, instituições financeiras e criminosos têm acesso a informações confidenciais, incluindo o valor dos benefícios e o montante que pode ser comprometido nos empréstimos. Inúmeros casos de assédio começam dias após a concessão da

aposentadoria ou da pensão pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Não raro, o segurado fica sabendo que seu benefício foi liberado por quem, do outro lado da linha, está lhe oferecendo crédito.

"Eles sabem tudo sobre a gente", disse ao Estadão o aposentado Adão Alves de Souza, de 71 anos.

"Tem pelo menos 50 números bloqueados no meu celular, mas não adianta, pois mudam de telefone o tempo todo." Até quem acionou o serviço "Não perturbe", da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), conta que continuou sendo importunado.

Desde 2020, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), está em vigor a chamada Autorregulação do Consignado, com a participação de 32 instituições financeiras. Um dos objetivos é o combate ao assédio comercial. Outro, a qualificação dos correspondentes bancários, como são chamadas as empresas autorizadas pelo Banco Central a prestar serviço para as instituições financeiras.

Aqui há uma brecha a ser investigada: milhares de agentes sem contrato formal e remunerados por comissão atuam nos correspondentes bancários, com acesso aos dados de cada cliente.

Os empréstimos consignados, por óbvio, foram um avanço: sem risco de inadimplência, os bancos cobram juros mais baixos, o que em tese beneficia aposentados e pensionistas. Esse importante segmento do mercado bancário, no entanto, precisa de maior regulação e fiscalização por parte do setor público e do setor privado. O assédio desenfreado a idosos, agravado pela ação de criminosos, demanda soluções urgentes e articuladas. Iniciativas pontuais, promessas e boas intenções não bastam.

É preciso atacar o problema nas suas diversas frentes.

E agir com o devido rigor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem regra de reajuste do PT e de Temer, salário mínimo seria hoje de R\$ 700

Do UOL, em Brasília

Se o Brasil não tivesse adotado a política de valorização do salário mínimo entre os anos de 2005 e 2018 (governos Lula, Dilma e **Temer**), com reajustes acima da **inflação**, cerca de 60 milhões de brasileiros estariam recebendo hoje R\$ 699 de salário ou aposentadoria. Um valor bem próximo ao do programa Auxílio Brasil, e quase a metade dos R\$ 1.212 do mínimo em 2022.

Os cálculos foram feitos pela economista Carla Beni, da FGV, ao corrigir o valor do mínimo de maio de 2004 até janeiro de 2022 pela **inflação** medida pelo INPC. Apesar do mínimo ter tido um pequeno ganho real em 2003 e em 2004, conforme levantamento feito pelo Dieese, a política de reajuste do salário mínimo acima da **inflação** só foi adotada oficialmente de 2004 para 2005, e por isso esse foi o parâmetro adotado para o cálculo.

A correção do salário mínimo com ganho real (somando a **inflação** e o crescimento do **PIB** do País), praticamente dobrou o valor não só da renda de cerca de 36 milhões de brasileiros que trabalham com carteira assinada (dados do início de 2022), mas também cerca de 24 milhões de aposentados e beneficiários do **INSS** (dados também de 2022).

Essa discussão, do ganho real do salário mínimo, ocupou o centro dos debates nesta semana, após a Folha de S. Paulo revelar um projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, de em eventual segundo mandato de Bolsonaro alterar o índice de reajuste do salário mínimo, hoje o INPC, para a meta de **inflação** medida pelo IPCA. Com a mudança, se a **inflação** oficial fosse maior do que a meta estabelecida pelo governo, o salário mínimo não só não teria ganho real, mas não teria nem a reposição da **inflação**, achatando o poder de compra das famílias.

Se essa regra, do reajuste pela meta de **inflação** e sem ganho real, tivesse sido adotada desde 2002, o salário mínimo seria hoje de cerca de R\$ 500, segundo cálculos feitos pelo Dieese.

Com a repercussão negativa do projeto, Guedes passou a negar a ideia, e Bolsonaro passou a prometer dar não apenas a reposição da **inflação** pelo INPC, como é hoje, mas a volta do ganho real no

mínimo no ano que vem, assim como Lula já vinha fazendo na campanha eleitoral. Apesar das promessas, não há previsão orçamentária para o ganho real do mínimo no orçamento de 2023. Eu conversei com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), nesta quarta-feira (19) e ele confirmou que não há recursos na peça orçamentária discutida até o momento: Para 2023? Sem chance .

A política de valorização do salário mínimo foi adotada a partir de 2005, após pressão das centrais sindicais, berço político do então presidente Lula. Num primeiro momento, os reajustes acima da **inflação** foram fruto de negociações, e em 2007 o governo federal estabeleceu uma política permanente de valorização do salário mínimo, com vigência até 2023, mas com reavaliação anual na lei orçamentária.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff transformou a política em lei (13.152/2015), estabelecendo o reajuste pelo INPC com o crescimento do **PIB** de dois anos antes, entre os anos de 2015 a 2019. Apesar da lei, os ganhos reais do salário mínimo cessaram em 2016, porque entre 2017 e 2019, durante o governo **Temer**, o **PIB** não apresentou crescimento (em 2019 houve pequeno crescimento real do mínimo de 1,19 pontos).

O governo Bolsonaro optou por não renovar a política de ganho real do mínimo em função do ajuste nas contas públicas. Se houvesse renovado, o mínimo de 2023, previsto para R\$ 1.302, poderia chegar perto dos R\$ 1.360 (considerado o crescimento do **PIB** de 4,6% em 2021).

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2022/10/24/sem-ganho-real-salario-minimo-seria-hoje-de-r-700.htm>

Salário mínimo e aposentadoria vão perder valor? O que se sabe até agora

Do UOL, em São Paulo

Uma reportagem da Folha de S.Paulo publicada na quarta-feira (20) revelou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda um plano para mudar a política de reajuste do salário mínimo, hoje em R\$ 1.212. A ideia é deixar de corrigir o piso nacional pela inflação e passar a fazê-lo pela meta, que é definida com três anos de antecedência e pode ser maior ou menor do que o índice oficial.

O objetivo, ainda de acordo com a Folha, é frear o crescimento de despesas que hoje pressionam o Orçamento. Entre essas despesas, está o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios previdenciários atrelados ao salário mínimo.

Veja o que se sabe até agora sobre a proposta do governo e entenda o que poderia mudar:

Segundo a Folha, a proposta de Paulo Guedes é deixar de vincular o salário mínimo à inflação do ano anterior, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Na nova regra, o piso passaria a ser reajustado pela meta de inflação -que pode ser maior ou menor do que o índice oficial.

A correção dos benefícios atrelados ao salário mínimo, como as aposentadorias e pensões pagas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), também passaria a ser feita a partir da meta de inflação.

A meta de inflação é uma faixa que determina os valores máximos e mínimos para a variação da inflação em determinado ano. No Brasil, ela é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) com três anos de antecedência.

A de 2022, por exemplo, foi fixada em 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo (ou seja, podendo variar de 2% a 5%).

Segundo a última projeção do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o INPC de 2022 deve ficar em 6% - acima do teto da meta (5%) .

Na quinta (20), Paulo Guedes disse que o salário mínimo de 2023 será reajustado ao menos pela inflação .

Paulo Guedes, ministro da Economia

Embora tenha negado mudar a regra do jogo agora, o ministro voltou a defender o que chama de regra dos 3D : desindexar, desvincular e desobrigar o Orçamento. Na prática, a ideia é mudar a Constituição para deixar de atrelar as despesas a índices ou valores específicos, como o próprio salário mínimo.

Precisamos colocar mais inteligência e mais política nos orçamentos, em vez de simplesmente seguir uma regra de vinculação que pode ser inadequada , afirmou.

No sábado (22), ao lado de Bolsonaro, Guedes prometeu aumento acima da inflação do salário mínimo , das aposentadorias e dos rendimentos do funcionalismo público.

Críticos à proposta dizem que reajustar o salário mínimo pela meta abre a possibilidade de uma correção abaixo da inflação para os benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, além do seguro-desemprego , que também é vinculado ao piso nacional.

Isso aconteceria toda vez que a inflação oficial fosse maior do que a meta estabelecida três anos antes, como deve acontecer em 2022, segundo as projeções.

Em 2021, o INPC ficou em 10,16% - porcentagem bem próxima à do reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 1.100 para R\$ 1.212 neste ano (+10,18%). Se o governo tivesse considerado apenas a meta de inflação, essa correção teria sido de 3,75%, de R\$ 1.100 para 1.141.

A Constituição determina que o salário mínimo deve atender às necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias e ter reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo .

Em 2011, primeiro ano de governo de Dilma Rousseff (PT), foi instituído que o piso nacional seria corrigido com base no INPC do ano anterior e na variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Essa fórmula tinha o objetivo de garantir que o mínimo tivesse aumento real - ou seja, acima da inflação - todos os anos.

A exceção ficou com 2017 e 2018. Nestes dois anos, o reajuste do piso nacional considerou apenas o INPC, uma vez que o **PIB** de 2015 e 2016 registrou queda.

A partir de 2019, já no governo Bolsonaro, o cálculo passou a levar em conta somente a **inflação**, descartando as variações do **PIB**. Por conta disso, o salário mínimo não tem aumento real há três anos.

Para 2023, o salário mínimo previsto é de R\$ 1.302. Se o valor se confirmar, será o quarto ano seguido sem reajuste acima da **inflação** para o piso nacional.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/24/salario-minimo-vai-ser-reduzido-entenda-a-proposta-de-guedes.htm>

Depois da deflação, o que especialistas esperam para investimentos na Bolsa

ARTUR NICOCELI ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

O Brasil registrou o terceiro mês seguido de deflação com a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de setembro, que ficou em -0,29%. No entanto, a deflação - queda no índice de preços de produtos e serviços em um determinado período - não está no radar do mercado para o futuro.

O dado negativo reflete o reajuste nos **impostos** relacionados aos combustíveis. O ICMS foi cortado em pelo menos 20 Estados, e as alíquotas de Cide-Combustíveis e Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins) foram reduzidas a zero. Especialistas entrevistados pelo E-Investidor afirmam que o impacto do corte de **impostos** e preços deve ter um efeito mais diluído.

Ricardo Macedo, economista e professor da Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), diz que, na última divulgação, a desaceleração do IPCA já foi menor, dando um indicativo de que esse movimento tende a não se sustentar. Em setembro, o grupo dos transportes (- 1,98%) exerceu o maior impacto negativo sobre o índice geral, contribuindo com -0,41 ponto percentual.

"Os combustíveis e a gasolina têm um peso muito grande dentro do IPCA. Em julho, o efeito foi maior por conta da fixação da alíquota máxima de ICMS, mas temos observado reduções no preço médio do combustível vendido para as distribuidoras, o que tem contribuído para a continuidade da queda dos preços", explica o gerente da pesquisa, Pedro Kislakov, em entrevista à agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Petrobras passou por uma temporada de anúncios de reduções nos preços de combustíveis.

Em julho, por exemplo, ocorreu uma queda de R\$ 0,15, ou 3,88%, no preço do litro da gasolina. Porém, essa medida também não foi mais anunciada pela companhia.

Christopher Galvão, analista da Nord Research, acredita que ocorrerá um aumento da **inflação** na próxima divulgação do IBGE. "Isso deve ocorrer porque as deflações não estiveram relacionadas a

uma dinâmica de atividade baixa e uma economia desaquecida", explica.

Além disso, para o especialista, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (OPEP+) de reduzir a produção de áreas de barris de petróleo pode diminuir a oferta e afetar os preços internacionais e no Brasil.

O analista da Nord Research diz também que o Banco Central não pode ficar dependente dos cortes de **impostos** para atingir a meta da **inflação**. "O BC precisa continuar uma postura mais dura para desacelerar e tornar as expectativas do mercado mais ancoradas com as metas", afirma.

O alvo de **inflação** para este ano é de 3,50%, com tolerância superior de até 5%. Enquanto para 2023 a meta é de 3,25%, com banda até 4,75%. Hoje, a **inflação** acumulada nos últimos 12 meses é de 7,17%.

FUTURO.

De todo modo, a grande dúvida do mercado é se haverá a volta da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico para petróleo, gás natural, etanol e derivados (Cide- Combustíveis).

Luciano Costa, economista- chefe e sócio da Monte Bravo Investimentos, afirmou que, se o imposto for retomado, haverá uma alta de aproximadamente 0,5 ponto percentual no acumulado do ano.

"Não ter a Cide-Combustíveis seria um efeito que obrigaria o Banco Central a substituir as projeções da **inflação** e dos juros ao longo de 2023." Apesar da desoneração para o ano que vem estar inclusa na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o texto ainda precisa passar na mão dos senadores e dos deputados.

A redução do ICMS para o limite de 18% sobre os combustíveis virou lei, portanto, não deverá ocorrer um aumento nos próximos anos. Antes da sanção da lei, a maior parte dos Estados brasileiros cobrava alíquotas de ICMS que variavam entre 25% e 30%.

A Bolsa brasileira costuma antecipar o movimento dos juros, ou seja, quando o Banco Central começou a

demonstrar que poderia interromper as altas, as ações já começaram a ficar mais aquecidas.

O sócio da Monte Bravo Investimentos explica que a Bolsa já sentiu o impacto da alta da **inflação** e da taxa Selic. "Com o fim do ciclo e principalmente com o mercado começando a precificar os cortes de juros, a Bolsa antecipa a trajetória do mercado", afirma.

E os papéis de consumo, construção civil, bancos e os ativos dependentes ao nível de juros começam a se recuperar conforme o cenário de **inflação** vai ficando mais ancorado, principalmente em 2023 e 2024.

Trimestre com deflação

-0,29% foi o IPCA de setembro

-0,36% foi o IPCA de agosto

-0,68% foi o IPCA de julho, abrindo a deflação puxada por combustíveis

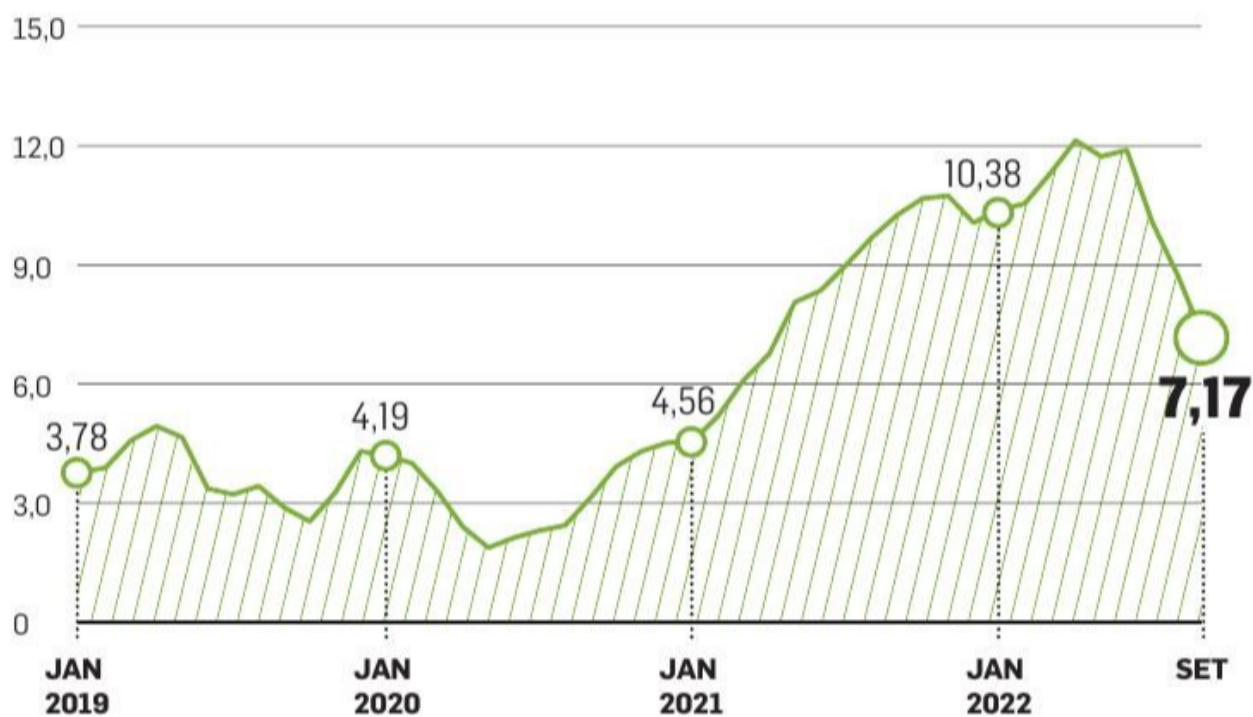
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A EVOLUÇÃO DO IPCA NO ATUAL GOVERNO

Para especialistas, queda dos últimos meses é artificial

IPCA acumulado em 12 meses

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Desafio de um pistoleiro (Editorial)

O ataque a policiais federais por parte do ex-deputado Roberto Jefferson é mais um capítulo do avanço da desobediência às leis e à ordem por parte dos seguidores do candidato da Presidência à reeleição.

Ao resistir a ordem de prisão, expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ousou o acusado atentar contra o Estado Democrático e de Direito usando um fuzil e uma granada.

Dois **servidores públicos** saíram feridos depois de receberem tiros e dois explosivos, em risco iminente de morte por cumprirem seu dever de levar preso o violento cidadão.

O crime ocorreu no começo da tarde de ontem, na cidade de Comendador Levy Gasparian, no Estado do Rio, onde o atirador cumpre prisão domiciliar, mas vinha desobedecendo as determinações.

O apoiador do chefe do Executivo e fã de sua metodologia de ação agressiva vem sendo investigado por participar de organização criminosa com objetivo de desestabilizar as instituições.

Não bastasse a insistência em disseminar conteúdos falsos (fake news), utilizando-se de uma rede de colaboradores para seu intento maligno, o acusado desandou a ofender a ministra Cármen Lúcia.

"Prostituta", "vagabunda", "arrombada", entre outras alusões impubescíveis relacionadas a práticas sexuais, fizeram parte da coleção de ofensas morais dirigidas à magistrada.

O incentivo ao armamento é um dos aspectos do perfil do detento, tendo aqui recidido ostentando armas de grosso calibre, em imagem distribuída em rede social, em semblante hostil, como se estivesse pronto para uma guerra.

A hipótese rival de desequilíbrio emocional disputa com a intencionalidade de fomentar ódio, uma vez desrespeitar a instância máxima do Judiciário, e na sequência, tentar homicídio contra agentes do principal órgão de segurança.

Em vez de ter um tratamento proporcional a sua postura intempestiva, como se deve fazer com um bandido com este grau de periculosidade, o ministro da Justiça foi deslocado para serenar os ânimos e proteger o aliado do presidente.

Filha será investigada por ceder redes sociais para crimes do pai



Risco. Viatura da Polícia Federal ficou cravada pelos tiros de fuzil disparados por Roberto Jefferson

Ataque. Marcas dos disparos revelam a violência da ação do ex-deputado federal contra os agentes

Ex-deputado disse que é perseguido pela Justiça e luta pela liberdade

A ex-deputada federal Cristiane Brasil, filha do ex-deputado Roberto Jefferson, preso ontem pela Polícia Federal, será investigada pelo episódio envolvendo o pai.

Foi por meio da conta no Twitter da ex-deputada que Jefferson divulgou vídeo insultando a ministra Cármen Lúcia, que atua no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A filmagem foi divulgada na última sexta-feira. Responsável por assinar a ordem de prisão contra Jefferson, o ministro Alexandre de Moraes também determinou o bloqueio das contas de Cristiane nas redes sociais.

Cristiane será investigada por postar a gravação feita por Roberto Jefferson. Para permanecer em regime domiciliar, que estava cumprindo desde janeiro, o ex-deputado precisava respeitar a uma série de medidas restritivas.

Uma delas proibia a participação em redes sociais próprias ou de terceiros.

No vídeo postado por Cristiane, Jefferson comparou a ministra Cármen Lúcia a uma "prostituta" e usou também os termos "Bruxa de Blair" e "Carmen Lúcifer" para se referir à ministra. Ontem, ao determinar a prisão do ex-deputado, Moraes apontou haver um "questão discriminatória" na gravação de Jefferson, que é investigado por atuação em milícia digital.

A conta da filha de Jefferson no Twitter está bloqueada.

"A conta @crisbrasilreal foi retida no Brasil em resposta a uma demanda legal", diz o aviso.

Mais cedo, Cristiane Brasil chegou a convocar apoiadores a se dirigirem à residência onde seu pai resistia à prisão. "Quem estiver perto corra para lá", escreveu, dando detalhes da localização.

No Instagram, a ex-deputada também chegou a publicar vídeos sobre a ação.

"Meu pai hoje está enfrentando a Gestapo do Xandão sozinho, a balas, pois não vai se entregar ao totalitarismo, à ditadura do Judiciário sobre a democracia. Isso é só o estopim do que vai acontecer daqui para frente caso aconteça alguma coisa com meu pai", disse, comparando a PF à polícia secreta da Alemanha nazista.

REPETIÇÃO. Ontem, antes de se entregar à Polícia Federal, Jefferson divulgou nota em que reiterava ataques ao Supremo Tribunal Federal e a aos ministros.

"Os pretensos superministros desejam que seus atos como **servidores públicos** não sejam criticados, ainda que promovam injustiças, gerando todo tipo de transtornos na vida dos brasileiros e nenhum sentimento de indignação a eles seja dirigido", disse em nota.

O ex-deputado também criticou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No **comunicado**, ele disse que sua prisão ocorreu "em clara suspeição" e questionou a movimentação da Ordem em defesa da ministra Cármen Lúcia após as críticas em um vídeo feito por ele.

"Continuo servindo-me dos revolucionários do passado, conclamando a nação, em brado pela liberdade plena", concluiu.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16964>

Unificação de 5 tributos eleva ganhos e produtividade, diz estudo

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Inflação brasileira deve ficar abaixo da americana até meados do ano que vem

Eduardo Cucolo são paulo

Pela primeira vez desde 2007, o índice de preços ao consumidor do Brasil está abaixo da **inflação** americana. Por enquanto, a diferença a favor do indicador brasileiro está concentrada nos itens que foram desonerados às vésperas das eleições presidenciais: combustíveis e energia. A **inflação** dos alimentos e dos demais preços continua mais alta por aqui.

Esse é um cenário que deve ser mantido até meados de 2023, quando a alta de preços no Brasil deve voltar a superar o índice dos EUA, segundo projeções de analistas.

O IPCA registrou alta de 7,17% nos últimos 12 meses, enquanto o CPI americano (consumer price index) subiu 8,2% no mesmo período.

A **inflação** de alimentos ainda é um pouco maior no Brasil (11,7%) do que nos EUA (11,2%). Os preços dos serviços acumulam alta de 8,5% aqui e 6,7% para os americanos.

Enquanto gasolina e energia elétrica subiram quase 20% nos EUA, houve deflação na mesma magnitude no Brasil em 12 meses.

As projeções de **inflação** do mercado para 2022 estão próximas de 5,5% para o IPCA e de 7% para o CPI. Para 2023, a perspectiva é que o índice dos EUA registre alta menor (3,5%) que o brasileiro (5%).

Além das desonerações, algumas com data para acabar, outra explicação para a diferença está na política monetária. A taxa básica de juros no Brasil (Selic) começou a subir em março de 2021, está em 13,75% ao ano e deve permanecer assim até meados de 2023, apesar da queda esperada da **inflação** nos próximos meses. Isso representa um juro real (diferença entre as projeções para a Selic e a **inflação**) superior a 8% ao ano.

Nos EUA, a taxa começou a subir um ano depois e passou de 0,50% para 3,25%. Ou seja, os juros reais ainda estão negativos.

"A política monetária está funcionando aqui no Brasil como o esperado. Se o BC começar a subir os juros

um ano antes do Fed [BC dos EUA] .seria de esperar que a **inflação** brasileira também desacelerasse mais cedo que a americana. Como nem sempre isso foi verdade, podemos considerar esse também um ponto de comemoração pelo resultado do IPCA em 12 meses", diz Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa de Investimentos.

As outras vezes em que a **inflação** ficou menor no Brasil foram em janeiro de 1999 e em alguns meses entre junho de 2006 e novembro de 2007. Foram dois períodos em que os índices de preços estiveram em baixa em todo o mundo. O primeiro caso coincide com a época em que o IPCA registrou a menor **inflação** em 12 meses da história recente (1,65%), no governo FHC, com uma diferença de apenas 0,5 ponto para os EUA.

Alexandre Lohmann, economista da Constância Investimentos, afirma que a queda nos preços das matérias-primas e os efeitos das desonerações sobre preços em outros segmentos também ajudaram a reduzir os núcleos de **inflação** e a taxa de difusão do IPCA. "O cenário inflacionário está melhorando mais que o esperado;"

Lohmann afirma que a taxa de **inflação** acumulada em 12 meses deve ficar próxima de 2% no fim do segundo trimestre de 2023, quando o índice estará sem os meses mais afetados pelo início da Guerra da Ucrânia, mas ainda com influência dos cortes de ICMS.

A queda da **inflação** no Brasil nos últimos meses pode ser explicada por uma combinação de redução de **tributos**, queda de preços de commodities em reais e efeito da política monetária.

Por outro lado, a **inflação** de serviços, que acumula nos 12 meses até setembro alta de 8,5%, ganhou força com o fim das restrições de circulação de pessoas durante a pandemia e tem preocupado o BC.

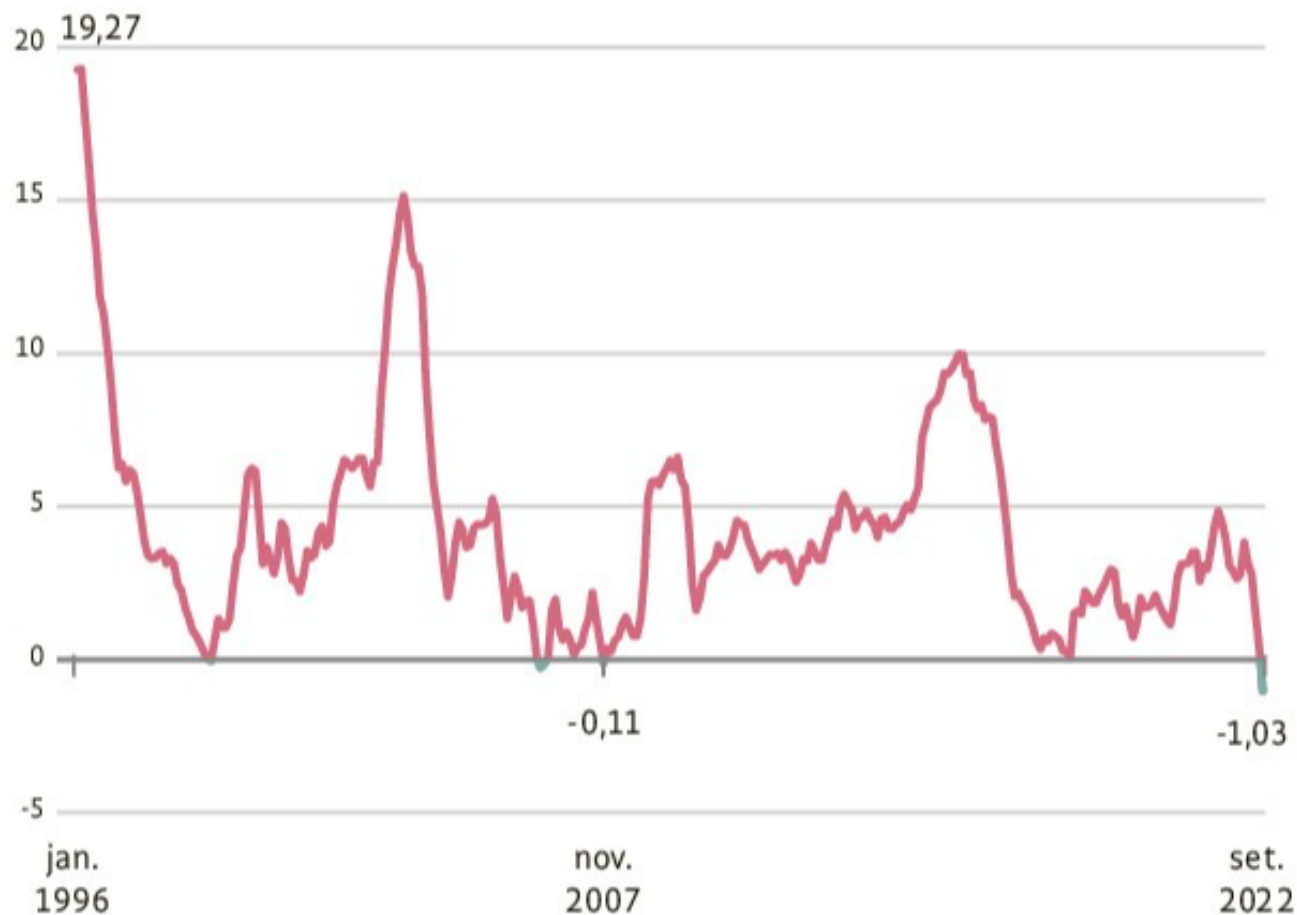
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

74

IPCA fica abaixo da inflação americana pela primeira vez desde 2007

Diferença entre índices de preços ao consumidor nos EUA e no Brasil, em pontos percentuais



Fontes: IBGE e Bloomberg

Impacto de promessas ultrapassa R\$ 140 bi

Vandson Lima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Maioria prevê início de cortes na taxa Selic a partir de junho

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364

Ditadura tentou desindexar salário, como quer Guedes, mas fracassou

Eduardo Cucolo são paulo

Politicamente insustentável, mesmo num regime militar nos moldes brasileiros. Foi dessa maneira que o ex-ministro Mario Henrique Simonsen classificou a tentativa do governo Castelo Branco (1964-1967) de proibir a correção dos salários no Brasil pela inflação passada.

Proposta nesse sentido faz parte de um estudo do Ministério da Economia, de Paulo Guedes, obtido pela Folha na semana passada. Trata-se de um pacote de mudanças nas contas públicas, que inclui o fim da correção do salário mínimo e dos benefícios previdenciários pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior. Eles passariam a subir de acordo com a expectativa ou a meta de inflação.

Como descreveu Simonsen, a política salarial de Castelo Branco foi "violentamente criticada" por se basear numa fórmula que comprimia o poder aquisitivo dos trabalhadores sempre que se subestimasse a taxa de inflação nos 12 meses seguintes ao dissídio ou acordo coletivo, o que havia ocorrido em 1965 e 1966. O resultado, na época, foi a revisão da lei salarial em 1968.

Regras nesse sentido também são realidade em outras economias. Na zona do euro, mais da metade dos trabalhadores do setor privado está em países em que a inflação não desempenha um papel formal na fixação dos salários, apesar de ser um fator importante nas negociações, segundo relatório do Banco Central Europeu.

Regimes formais de indexação aplicam-se a países com 18% dos trabalhadores na região. Na maioria dos casos, com reajustes baseados nas perspectivas de inflação do governo, como ocorre na Itália.

O salário mínimo é automaticamente indexado à inflação passada em economias que respondem por menos de 20% do mercado de trabalho, entre elas, a França, e o peso desse piso nas remunerações totais é relativamente menor do que no Brasil. Apenas 3% dos trabalhadores estão em países com todos os salários indexados automaticamente, como Bélgica e Luxemburgo.

Nos EUA, o piso nacional é reajustado por decisão do Congresso, sem uma regra específica.

No Brasil, os salários acima do piso são negociados livremente, com cerca de 60% dos acordos coletivos obtendo ganhos iguais ou acima da inflação, segundo o dado mais recente do Dieese.

Se a regra de correção pela meta tivesse sido aplicada desde 2002, o salário mínimo, atualmente em R\$ 1.212, estaria em R\$ 502, segundo cálculo do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo).

Uma proposta de correção do salário mínimo (mas não das aposentadorias) pela meta de inflação faz parte de um artigo dos economistas José Luís Oreiro e Julio Fernando Costa Santos. Eles consideram, no entanto, a incorporação de um ganho real, pelo aumento da produtividade medida pela média móvel de cinco anos do PIB per capita.

Oreiro não descarta que parte de sua proposta tenha sido incorporada ao estudo do governo federal, mas afirma ser contra uma correção que não gere um ganho real para o trabalhador. Para ele, o governo quer reeditar o arrocho salarial do Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado em 1964.

"Uma regra de reajuste do mínimo que não preveja crescimento real é uma grande injustiça com os trabalhadores, porque os ganhos de produtividade não vão ser apropriados pelos salários, mas vão ser apropriados pelos lucros", afirma o professor do Departamento de Economia da UnB (Universidade de Brasília).

O professor Rodrigo Patto Sá Motta, do Departamento de História da UFMG, também afirma que a regra pode reeditar o arrocho salarial promovido nos anos 1960.

Na época, com objetivo principal de controlar a inflação. Agora, visando principalmente os gastos da Previdência.

"Chama a atenção que o Paulo Guedes vá buscar uma política salarial que é claramente inspirada na ditadura, quando o salário mínimo teve uma perda de valor real brutal."

No Brasil, quase 30 anos após o Plano Real ter limitado a ampla indexação da economia promovida durante a ditadura militar, mecanismos de correção automática de preços continuam a alimentar a **inflação**. Seja por decisão do setor público, seja por preferência de agentes privados.

Tarifas de serviços básicos, como energia elétrica, saneamento e transporte público, têm como referência índices de preços. Aluguéis são corrigidos anualmente pela **inflação** passada. Títulos públicos indexados à **inflação** estão entre os preferidos dos investidores. E a principal regra fiscal do país, vista como uma medida econômica de cunho liberal, tem como base o índice de preços ao consumidor.

A indexação é um dos principais fatores que explicam a inércia inflacionária, ou seja, o movimento que faz com que a alta dos preços se perpetue e seja repassada para toda a economia.

Proibida por um decreto de Getúlio Vargas em 1933, se tornou uma política de governo a partir da gestão Castelo Branco e um dos principais motores da espiral inflacionária nas décadas seguintes.

Em 1994, a lei do Plano Real restringiu sua aplicação ao mercado de trabalho, ao mercado financeiro e a contratos com prazo não inferior a 12 meses, colocando fim aos gatilhos diários ou mensais.

Em seu livro sobre os 30 anos de indexação que antecederam o Real, o ex-ministro Mario Henrique Simonsen afirma que nenhum país desenvolveu um sistema de correção monetária tão sofisticado como o adotado até então pelo Brasil, comum mecanismo que foi incorporado explicitamente à política econômica.

Para Simonsen, o que promoveu a inércia inflacionária não foi a permissão de regras de correção automática dos valores pela **inflação** passada, particularmente no caso dos salários, e sim a sua compulsoriedade.

Mateus Boldrine Abrita, autor de diversos trabalhos sobre o tema e professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, afirma que uma nova rodada de desindexação da economia depende de alguns fatores, como manter a **inflação** baixa por muito tempo e buscar índices de correção baseados em médias de prazos mais longos. Para isso, é necessário também que o Estado dê o exemplo.

"A gente chegou ao cúmulo de indexar o gasto público à **inflação** passada com o teto de gastos. Em países com tradição de **inflação** controlada, os agentes geralmente estão olhando para a frente, para a meta do banco central e as expectativas. Naqueles que têm

histórico de **inflação** alta, excesso de indexação e conflito distributivo, você olha para o passado, e isso alimenta a inércia inflacionária", afirma o economista, que é favorável à regra de correção do salário mínimo que leva em conta a reposição da **inflação** mais a variação do **PIB**.

Em seus relatórios mais recentes, Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIS (o banco central dos bancos centrais) alertam para os riscos de uma indexação maior da economia, diante da demora em controlar a atual onda inflacionária global, o que pode dificultar o trabalho dos bancos centrais.

Já o Banco Central Europeu afirma que, a menos que o choque recente de preços conduza a um aumento significativo da indexação salarial, uma transmissão generalizada e automática parece bastante improvável diante dos mecanismos atuais. A instituição também destaca que o período de baixa **inflação** visto após a crise de 2008/2009 reduziu o grau de indexação das economias da região.

No Brasil, também houve avanços nos últimos anos, como a tentativa de desatrelar vários contratos da correção pelo IGP-M, da FGV, índice fortemente influenciado por câmbio e preços no atacado. O governo não vende mais títulos públicos com esse indexador. Diversas tarifas passaram a ser corrigidas por índices baseados em custos setoriais.

A própria FGV lançou um índice de variação de aluguéis residenciais, que pode substituir o IGP-M como "índice de **inflação** do aluguel", e muitos desses contratos passaram a ser reajustados pelo IPCA.

A memória inflacionária, no entanto, ainda é um fator que pesa mesmo nas negociações privadas. Apesar do fim da hiperinflação, o índice de preços ao consumidor ficou em 7% ao ano, na média de 1995 a 2021, tendo superado os dois dígitos em quatro ocasiões. O valor é o dobro da meta de **inflação** deste ano e supera os limites de tolerância estabelecidos desde 2006.

Entenda a correção do salário mínimo

Como é hoje

A Constituição determina que o salário mínimo tenha reajustes periódicos que assegurem seu poder de compra, o que garante pelo menos a correção pela **inflação**. Já o piso dos benefícios previdenciários precisa seguir o salário mínimo. O governo Bolsonaro propôs que em 2023 o mínimo tenha apenas o reajuste pela **inflação**, sem ganho real, pelo quarto ano seguido.

Como ficaria

A regra para a correção do salário mínimo e dos benefícios previdenciários passaria a considerar a **inflação** projetada para o ano corrente, em vez de ficar vinculada à **inflação** do ano anterior. No mínimo, estaria garantida a atualização pela meta de **inflação** estabelecida para o exercício. Caso o novo modelo estivesse em vigor na definição do salário mínimo em 2022, por exemplo, o reajuste de 10,16% (**inflação** de 2021) aplicado no piso poderia cair a 5,03% (IPCA projetado no começo de 2022) ou 3,5% (caso considerada a meta de **inflação** do exercício)

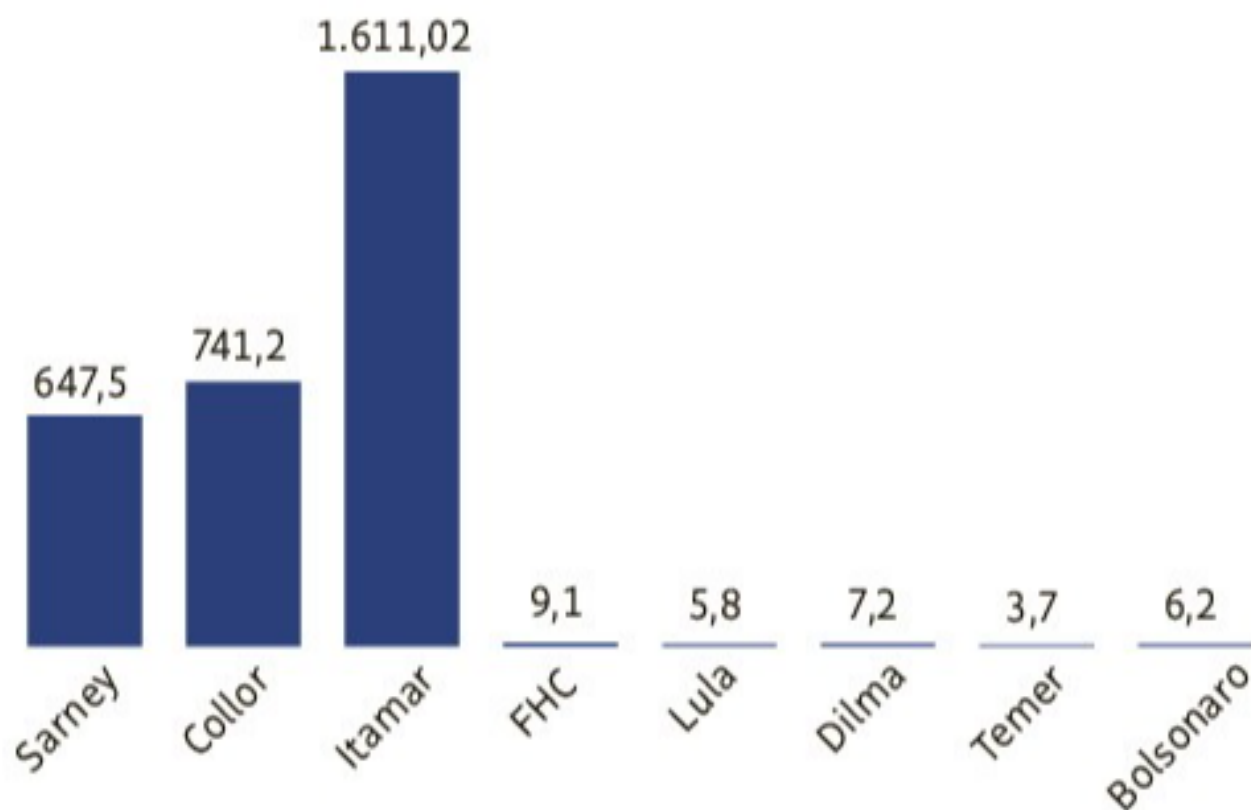
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

74

Inflação ao consumidor desde a redemocratização

Média do IPCA em % ao ano



Fontes: IBGE e Ipeadata

Crença e voto (Editorial)

Em pesquisa do Datafolha, 49% dos eleitores brasileiros dizem dar muita importância à religião ou à fé do candidato na hora de definir seu voto, o que ajuda a explicar a exploração incessante do tema por Jair Bolsonaro (PL) e os esforços tardios de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para reduzir a desvantagem no meio evangélico.

Quem tomar o dado pelo valor de face terá motivos para **temer** que se enfraqueça no Brasil a laicidade do Estado. Existem, de fato, razões para inquietação, mas o panorama talvez não seja tão sombrio.

O primeiro ponto a destacar é que o processo de definição do voto não é transparente nem para o próprio eleitor. Pouca gente dirá que são os índices de **inflação** que determinam seu voto, mas estudos mostram que o ritmo dos preços é um dos fatores que, isoladamente, mais influenciam o eleitor.

Valores, embora não possam ser descartados como elemento definidor do sufrágio, costumam aparecer com mais saliência num segundo momento, quando o eleitor elabora uma racionalização para seu voto. Aí surgem explicações mais elevadas, como a crença, os imperativos éticos, o altruísmo.

Mesmo que a religião não ocupe um lugar tão central na definição do voto quanto a leitura sem filtros do dado do Datafolha pode sugerir, não há dúvida de que a questão religiosa vem, pleito a pleito, ocupando mais espaço nos embates políticos. Parte disso se deve ao crescimento das igrejas evangélicas.

Religiões em busca de arregimentar adeptos não raro apostam numa retórica mais veemente, às vezes até agressiva, que não fica limitada ao terreno da teologia -invadindo também a pauta de costumes e a política.

Idealmente, questões religiosas não deveriam vazar para a discussão política. "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mateus 22:16-22). Na prática, porém, a democracia, para manter-se democrática, precisa aceitar as influências da religião.

O que a democracia pode e deve exigir de todos é que aceitem a laicidade do Estado como cláusula pétrea da Constituição. Se os cidadãos têm o direito de professar a crença que preferirem, o poder público tem o dever de manter-se neutro em relação a todos os credos, majoritários ou minoritários, e também à ausência de crença.

Os religiosos são os principais interessados em preservar esse arranjo, pois é a única garantia de que o credo hoje dominante não venha a ser perseguido amanhã se a demografia religiosa mudar.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50074>

Pais investem mais em previdência para os filhos



Celson Placido, diretor de investimentos da Warren, ao lado dos filhos, Eduardo e Sofia, gêmeos de 11 anos, e Leonardo, de 2. Dani Paiva/Divulgação

Lucas Bombana são paulo

Assegurar aos filhos uma situação financeira confortável costuma ser uma das principais preocupações de pais e mães na hora de pensar sobre os cuidados necessários na criação dos herdeiros.

Considerado o horizonte de longo prazo para a acumulação de uma reserva até que seja alcançado determinado objetivo, como o pagamento da faculdade ou de uma viagem de intercâmbio, os fundos de previdência privada costumam aparecer como uma das principais recomendações de especialistas no momento de fazer a seleção dos investimentos destinados para os filhos.

O regime de alíquotas regressivas de acordo com o tempo, com um percentual que cai até 10% de incidência de IR (Imposto de Renda) após um período de dez anos, ante até 15% em ações ou renda fixa, e o fato de não incidir a cobrança do "come-cotas" (recolhimento tributário antecipado semestralmente sobre o rendimento de fundos de renda fixa, multimercados e cambiais) são apontadas por Victor Bernardes, diretor de vida e previdência da SulAmérica, entre os benefícios oferecidos pela previdência privada em relação a outras modalidades de investimento do mercado.

O apelo, que inclui também benefícios na hora da sucessão, tem se refletido em maiores aportes na categoria. Dados da Federação Nacional de

Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) mostram que os planos que têm os menores de 18 anos como beneficiários receberam R\$ 1,75 bilhão em aportes de janeiro a agosto deste ano, um crescimento de quase 30% em comparação ao mesmo período do ano passado.

"O tempo é um fator preponderante para gerar valor ao cliente de forma exponencial", afirma Henrique Diniz, diretor de produtos de previdência da Icatu.

Simulações realizadas pela Icatu Seguros apedido da Folha indicam que, com aportes mensais a partir de R\$ 320, é possível alcançar uma reserva de R\$ 150 mil em um prazo de 18 anos para bancar, por exemplo, a faculdade do filho.

Se o investimento começar quando a criança tiver 3 anos, o valor do aporte mensal sobe para R\$ 441, e para R\$ 827, se tiver 8 anos.

A estimativa da seguradora adotou como premissa uma taxa média de rentabilidade real (descontada a **inflação**) de 8% ao ano no intervalo e não considera o Imposto de Renda.

Diniz afirma ainda que a categoria da previdência também conta com a vantagem de permitir a portabilidade do valor aplicado entre os diferentes tipos de fundo sem a cobrança de imposto, dando ao poupador a liberdade para migrar as aplicações de lugar se não estiver contente com os resultados obtidos, ou a depender da fase da vida em que se encontrar, sem ter de resgatar a aplicação, quando há a cobrança de IR, para reinvestir em outra alternativa.

Superintendente de produtos da Brasilprev, Sandro Bonfim acrescenta que o mercado de previdência privada no país passou a adotar nos últimos anos um modelo conhecido como "ciclo de vida".

Por meio dele, o cliente determina o ano no qual irá precisar do valor investido para atender a um objetivo para o filho ou para sua própria aposentadoria, e, conforme a data limite estabelecida se aproxima, automaticamente os gestores responsáveis pelo fundo reduzem a exposição ao risco da carteira.

Dessa forma, é possível evitar que o investimento esteja em classes de maior volatilidade quando estiver

faltando pouco tempo para o atingimento do prazo determinado. Por outro lado, enquanto ainda faltar bastante tempo até a data selecionada para o resgate, o gestor poderá alocar os recursos em mercados de maior risco e retorno, uma vez que a aplicação terá tempo para se recuperar de eventuais perdas sofridas, afirma Bonfim.

As taxas de administração são o principal custo dos fundos, que costumavam variar dentro de uma faixa entre 0,5% e 2% ao ano, a depender da estratégia escolhida.

"O produto destinado para os filhos tem um apelo emocional que nenhum outro produto tem", afirma o superintendente da Brasilprev.

"É comum ouvirmos de clientes que eles não têm mais condições de investir para eles próprios, mas que o que sobra de dinheiro eles investem para os filhos, pelo sonho de vê-los na faculdade."

Além da formação de uma reserva financeira destinada aos filhos, trabalhar a educação financeira desde pequeno dentro de casa, para que as crianças cresçam já tendo uma boa noção a respeito da importância de saber lidar com o dinheiro, é um aspecto considerado fundamental por especialistas para que, no futuro, eles se tomem adultos bem organizados financeiramente, evitando cair em armadilhas como os juros altos e o endividamento.

Diretor de investimentos da plataforma de fundos Warren, Celson Plácido diz que busca inculcar de maneira prática conceitos importantes sobre as finanças para os gêmeos Eduardo e Sofia, de 11 anos.

Uma das formas buscadas para isso é por meio das idas aos supermercados, em que o pai entrega aos filhos uma quantidade de dinheiro para que eles pesquisem e comprem o item que desejam.

Plácido afirma que, com o passar do tempo, ele passou a entregar um valor menor para que os gêmeos pudessem fazer as compras no mercado, de modo a refletir o impacto corrosivo da **inflação** no poder de compra.

E, mesmo assim, diz o orgulhoso pai, as crianças conseguiram comprar até mais itens do que quando tinham mais dinheiro à disposição.

"Eles passaram a ficar mais atentos aos preços, sobre quanto vale cada produto, substituíam um mais caro por um mais em conta, compravam itens em promoção, e hoje até já questionam se à vista tem desconto ou em quantas vezes podem parcelar no cartão de crédito", afirma o diretor da Warren,

acrescentando que guloseimas como biscoitos e chocolates costumam estar entre os itens preferidos da dupla.

Plácido afirma ainda que, além do trabalho de educação financeira que faz com os filhos, também têm investimentos em planos de previdência e seguro de vida, especialmente como uma forma de precaução contra algum tipo de imprevisto. São opções que, em caso de morte do titular, podem ser facilmente acessadas pelos herdeiros, sem precisar passar por um processo de inventário.

Economista e educadora financeira, Juliana Barbosa afirma que também procura ensinar aos filhos Lucas, 10, e Davi, 4, sobre conceitos relacionados às finanças e sobre a importância da organização financeira para que eles se desenvolvam com uma boa noção de como lidar com o dinheiro.

"É importante mostrarmos para os filhos desde pequenos que o dinheiro não nasce em árvore e que é preciso trabalhar e se dedicar para administrar bem esses recursos", afirma a especialista.

Com o filho mais novo, Juliana diz que o clássico cofrinho no formato de um porco, com o depósito de moedas para ir aos poucos formando uma reserva financeira, é a estratégia adotada para que ele tenha os primeiros contatos com o dinheiro e comece a ter uma noção sobre a importância de economizar.

"Mostro para ele que o cofrinho serve para guardar as moedas para que, esperando o tempo certo, ele possa realizar seus sonhos, como comprar uma bola ou um brinquedo."

O mais velho, por sua vez, já passou da fase do cofrinho e conta com uma conta digital aberta em 2020 no Banco Inter, com um cartão de débito com o qual faz suas próprias compras.

Com um pouco mais de idade, Lucas já vai sendo ensinado sobre conceitos importantes como os juros compostos, o rendimento de uma aplicação no banco e os perigos do endividamento, e já tem até uma aplicação em um CDB feito por meio da plataforma de investimentos da XR

"Vivemos em uma sociedade muito imediatista e consumista, e, quando as crianças são ensinadas desde cedo sobre a importância da organização financeira, elas serão adultos que não vão comprar por impulso e não vão acumular dívidas que não conseguem pagar", diz Juliana.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA

Pais investem mais em previdência para os filhos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

74

Simulações indicam aporte mensal necessário em plano de previdência para pagar faculdade, viagem ao exterior e intercâmbio

Quanto antes a pessoa iniciar os aportes, menor o valor mensal necessário

Projeto	Custo estimado do projeto	Idade	Idade na contratação	Investimento (mensal)
Faculdade	R\$ 150 mil	18	0 anos	R\$ 320
			3 anos	R\$ 441
			8 anos	R\$ 827
Intercâmbio (6 meses)	R\$ 50 mil	21	0 anos	R\$ 79
			3 anos	R\$ 107
			8 anos	R\$ 186
Viagem ao exterior	R\$ 20 mil	15	0 anos	R\$ 59
			3 anos	R\$ 84
			8 anos	R\$ 179

Fonte: Icatu

E Bolsonaro venceu (Editorial)



A exemplo do que ocorreu na disputa presidencial de 2002, o petista Lula da Silva se viu novamente obrigado a apresentar uma carta pública para debelar resistências à sua candidatura e criar um ambiente de confiança diante da perspectiva de sua vitória no próximo dia 30. Mas a diferença entre os dois casos é gritante: se há 20 anos Lula teve que se comprometer com a estabilidade econômica, um tema que interessava a todo o País, agora o petista teve que jurar, numa Carta Compromisso com Evangélicos e Evangélicas, que não pretende fechar igrejas nem perseguir cristãos, como o acusa o presidente Jair Bolsonaro.

Trata-se de um assunto totalmente fabricado pelo bolsonarismo, sem qualquer conexão com a realidade nem, muito menos, com o interesse nacional. Ainda assim, o debate eleitoral, que deveria estar voltado para a discussão dos reais problemas do País, foi capturado por essa falsa polêmica, graças ao terrorismo religioso promovido por pastores evangélicos alinhados a Bolsonaro.

Assim, ainda que perca a eleição do próximo dia 30, Bolsonaro pode se considerar um vitorioso: degradou miseravelmente o debate público, conduzindo-o para o campo da desinformação sistemática e do vale-tudo, onde o bolsonarismo joga em casa. Ungido por sua formidável máquina de agitação e propaganda como o

"messias" que salvará os cristãos da imoralidade esquerdista, Bolsonaro foi dispensado de explicar os inúmeros erros de seu governo e de dizer o que pretende fazer nos próximos quatro anos. Ao tentar manter os eleitores em transe místico, esse falso profeta escapou do julgamento moral sobre sua criminoso transformação do Estado brasileiro em máquina a serviço de seus interesses eleitorais.

Ao contrário do que a litania bolsonarista pretende fazer supor, no entanto, o apocalipse não está próximo, e há um país com muitos problemas a ser governado. Comparar o Brasil de 2002 ao Brasil de 2022 é reconhecer que o País mudou muito e, ao mesmo tempo, continua essencialmente o mesmo. Os desafios econômicos e sociais são quase idênticos há 20 anos, e incluem a necessidade de reformas estruturantes, políticas sociais consistentes e o equilíbrio fiscal como condições para o crescimento. Nenhum desses temas, no entanto, foi discutido com profundidade durante a campanha neste ano. Pelo contrário: o baixíssimo nível prevaleceu, para deleite dos fanáticos bolsonaristas que vibram com a falta de decoro e decência de seu "mito".

Problemas muito palpáveis e visíveis, como o avanço da miséria, o retorno da fome, o aumento da **inflação** e o pífio crescimento econômico - legados do governo Bolsonaro -, cederam lugar a discussões falso moralistas baseadas em desatinos, como o fim da família, a ameaça de fechamento de igrejas, a legalização das drogas, a liberação do aborto e a imposição de banheiros unissex para crianças em escolas, assuntos que nem sequer fazem parte das atribuições da Presidência da República. Incapaz de sensibilizar os pobres que votam em seu adversário, mesmo depois de ter movido mundos e fundos para tentar comprar seus votos, restou a Bolsonaro apelar para o "terreno das crenças e das paixões", como bem notou Vinícius do Valle, diretor do Observatório Evangélico, em análise no Estadão.

Houve quem tenha avaliado que Lula, se efetivamente quisesse conquistar o voto dos evangélicos, deveria ter apresentado tal carta há muito mais tempo. De fato, um político que almeja ser o líder de uma frente ampla, como é o caso do petista, precisa fazer acenos a todos os segmentos da sociedade, em especial àqueles que lhe são hostis. A resistência do petista em ceder a esses apelos, no entanto, é compreensível, ainda que as pesquisas indiquem que essa atitude possa ter lhe custado votos. A mera existência desse manifesto aos evangélicos, que incluiu a citação explícita de

passagens bíblicas e a defesa reiterada da liberdade religiosa que Lula nunca atacou nem ameaçou, é a prova cabal de que Bolsonaro capturou a pauta nacional, transformando a eleição em "Juízo Final".

Site: <http://digital.estadao.com.bo-estado-de-s-paulo>

Analistas esperam Selic mantida em 13,75%

CÍCERO COTRIM

Na próxima quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciará como fica a taxa básica de juro da economia, a Selic. No mercado financeiro, a expectativa dominante é de que o percentual seja mantido em 13,75%.

Para o JPMorgan, a decisão deve ser unânime. De acordo com o banco, o mais provável é que o colegiado reitere a sua postura vigilante e não promova mudanças relevantes na comunicação.

"O Banco Central (BC) parece estar buscando evitar sinais de que pode afrouxar as condições financeiras prematuramente, portanto não antecipamos mudanças significativas para a comunicação", escrevem a economista-chefe do JPMorgan no Brasil, Cassiana Fernandez, e o economista Vinicius Moreira, em relatório.

Para os analistas, a evolução do cenário doméstico desde a reunião anterior do Copom se deu como esperado, com a manutenção do dólar em cerca de R\$ 5,25, uma desaceleração rápida da **inflação** e uma moderação das expectativas.

Neste cenário, as projeções do BC para o IPCA (o índice oficial de **inflação**) devem ficar praticamente inalteradas, afirmam. O JPMorgan reiterou a projeção de início do ciclo de cortes da Selic em junho do ano que vem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes quebra liturgia nas reuniões do FMI - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Presidente nega que irá desindexar salário de inflação

Marcelo Ribeiro, Estevão Taiar, Rita Azevedo e Caetano Tonet De Brasília e São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187364?page=1§ion=1